

EDITORIAL

UMA QUESTÃO DE BOM-SENSE

Na cidade do Maputo, em Moçambique, reuniram-se, em abril, os chanceleres dos 7 países lusófonos, com a finalidade de acertar os pontos finais de institucionalização do projeto da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Poucas semanas antes, tinha havido em Lisboa o encontro dos embaixadores e já nessa altura não existiam, praticamente, quaisquer diferenças em relação à estrutura e ao ordenamento da Secretaria-Geral que a partir de julho – quando devem ser assinados os atos constitutivos – terá a responsabilidade da parte executiva, com as estruturas definidas e uma operacionalidade que, pelo menos nesta fase, seja capaz de responder ao arranque e à dinâmica do projeto.

Na capital moçambicana a reunião dos Ministros decorreu sem grandes discussões, aprovaram-se os textos, orçaram-se as despesas e redigiu-se o comunicado final para se tornarem públicas as decisões tomadas. E, já em seqüência ao comunicado, veio também a informação de que, depois de terem discutido a forma de escolher o Secretário-Geral, os ministros resolveram, atendendo ao que parece, a um pleito de representante de Angola, que o primeiro ocupante do cargo deveria ser uma personalidade daquele país. Ao governo de S. Tomé e Príncipe caberá indicar o adjunto!

A decisão foi uma surpresa e se representou, por um lado, uma “desfeita” ao Brasil, que precisa de ser reparada, por outro, pode significar que a Comunidade corre o risco de transformar-se num organismo nati-morto, o que também não devemos aceitar em silêncio.

Como escrevia no “Diário do Rio de Janeiro” o velho Machado: apliquemos a observação e perfilmos os argumentos. Em primeiro lugar, foi uma desconsideração ao Brasil porque pelo peso e pela importância do país no contexto internacional; por ter sido o responsável pelo projeto e o seu maior articulador; pela qualidade de seus quadros diplomáticos e por dispor de condições, que nenhum outro parceiro tem, de dar conteúdo e forma às iniciativas que urgem ser tomadas no âmbito da CPLP; por esses e por tantos outros motivos, o 1º Secretário-Geral teria de ser uma grande figura brasileira, da política ou da diplomacia, da intelectualidade ou dos meios universitários – não importa o quadrante, desde que brasileiro fosse.

É claro que, “in pectoris”, como no colégio dos cardeais, um nome aparece entre as indicações a reunir consensos, se mais não fora pelo entusiasmo e pela persistência com que se bateu pela idéia, pelo prestígio de que desfrutava em todo o espaço da

lusofonia e por ser um intérprete lúcido e seguro das idéias-força que potenciam o projeto. Trata-se, é bem de ver, do ex-Embaixador José Aparecido de Oliveira. Mas se por esta ou aquela razão, ele não puder, ou não for o escolhido, que o governo indique outra personalidade para o cargo, mas que não abra mão, seja qual for o motivo, da atribuição que, de “- juris et de jure”, deveria ter-lhe sido conferida na reunião do Maputo.

Fora a desatenção que foi passar por cima de todos esses considerandos e ter-se optado pelo critério da ordem alfabética dos países, ou simplesmente para fazer a vontade aos africanos, sem olhar para os interesses superiores e o futuro da Comunidade, existe ainda o perigo de se ter, à partida, um organismo sem forças para se firmar e sem músculos para sair do lugar. Não vai nisto nenhuma restrição aos países da Africa, nem se pretende negar o mérito e a capacidade de tantos angolanos e são-tomenses; mas a verdade é que, neste momento, Angola sequer consolidou o processo de paz, vive num estado de miséria atarrador, tem mil problemas internos para resolver com prioridade, enquanto São Tomé e Príncipe não dispõe de recursos mínimos para assumir cargos no plano internacional – e, por isso, entregar a Secretaria-Geral da CPLP a esses países, conforme se pretende, na fase atual, é uma temeridade.

Há quem pense que fixando-se a escolha num país africano dissipar-se-á qualquer suspeita sobre “neo-colonialismo”, ou sobre o poder hegemônico luso-brasileiro. E atende-se à questão do governo de Luanda, de onde veio a idéia, de usar o critério da escolha por ordem alfabética. A nosso ver, trata-se de uma desculpa esfarrapada. Primeiro, porque se até agora os africanos ainda não compreenderam que a formação de um espaço comum é sobretudo a eles que favorece, pelas vias da cooperação e dos condutos para organizações internacionais, e que o projeto da CPLP não tem nada de redutor de sua soberania, então precisam, antes de tudo, rever essa posição e perder esse temor. Depois, não se devem sacrificar os benefícios e impulsos que resultam para todos de ser o Brasil a assumir a Secretaria-Geral, para se recorrer a outro qualquer critério que não leva em conta as vicissitudes e os dramas de cada país, os recursos de que dispõem para o desempenho de um trabalho que é decisivo para a sobrevivência e a consolidação do projeto.

Esperamos que em julho os Chefes de Estado e de Governo revejam a sugestão emanada do Maputo. E se o Brasil, por escrúpulo, achar que a Secretaria-Geral estaria bem entregue a um africano, que seja Portugal a exercer sua força dissuasória e a convencer os angolanos que esta é a vez do Brasil – e também, por justiça e reconhecimento, de José Aparecido de Oliveira.

A. Gomes da Costa
